

SOB(RE) A ALEGADA “DECADENTIZAÇÃO DA LÍNGUA” OU EM TORNO DE UM MELANCÓLICO
CENÁRIO DE UM “CUJO” ERODIDO

Américo Venâncio Lopes Machado Filho

(Universidade Federal da Bahia)

Por mais que tenha a linguística moderna procurado, reiteradamente, difundir, junto à sociedade, as noções básicas relacionadas à real dinâmica da língua, sobretudo acerca dos aspectos relacionados com a variação, com a mudança e seus reflexos na reconstrução dos conceitos de “erro” ou de “empobrecimento” linguísticos, mais seu espectro de ação parece ser obliterado por frequentes contramedidas mediáticas (midiáticas), de direção enviesada a todo o avanço promovido por essa ciência.

Diversas têm sido as matérias publicadas nos meios de comunicação, em que a língua – nomeadamente a língua portuguesa – assume um caráter de “vítima”, em face dos usos ditos “inadequados” de seus próprios falantes ou utentes, que – conquanto sejam seus reais detentores – são acusados de lhe imprimir, antagonicamente, um papel ilegítimo no lúdico exercício de suas faculdades da linguagem.

Muito recentemente, foram a vez, a voz e a escrita de João Ubaldo Ribeiro, em artigo intitulado “A decadentização da língua”, de, estranhamente, se destilarem as preocupações contra o que se considerou “certo exagero” do uso “incorreto” do português, a partir de uma ótica eminentemente reducionista, que sugeria estar a linguagem ameaçada a chegar a um estágio em que se poderia, em pouco tempo, estar “falando um dialeto primitivo de umas 300 palavras para as pessoas cultas e umas 25 para a maioria”, conforme vaticina o autor (isso, sem dúvida, sem se considerar o – por uns denominado pobre e abusivo – gerundismo, de que se fez uso acima).

Estranho. Estranho. Estranho. Tudo muito estranho. Estranho porque a condenação de fenômenos perfeitamente compreensíveis da natureza linguística do português brasileiro – que decorrem senão das particularidades de sua trajetória idiossincrática de constituição histórica – emana de um eminente escritor de língua portuguesa, cuja produção tem encantado já diversas gerações de leitores em todo o mundo, exatamente pelo fato de pretender quebrar os paradigmas de estilização literária, em que o léxico, a morfologia, a sintaxe, o discurso, enfim, funcionem como seus maiores agentes. Exemplo claro disso é seu próprio recurso derivacional para o substantivo “decadência” no título do referido trabalho, cuja expressividade morfológica não lhe coube senão na forma deverbal de uma base

neológica “decadentizar”, que, embora possível na língua, não se encontra dicionarizada em português.

Estranho porque o dito “cujo” ou o que chamou, em seu texto, de “restinho do genitivo”, que a entrevistadora “só entendeu depois de pensar alguns laboriosos segundos”, não poderia, assim como diversos outros elementos, sair ileso do processo de erosão de caso morfológico por que passou a língua portuguesa na sua deriva desde o latim, em prol de uma sintaxe mais dura, num processo a que chamaria o eminente sociolinguista Fernando Tarallo um jogo de “perdas e ganhos”.

Assim como o “cujo”, já desapareceram do uso corrente do português diversas estratégias de pronominalização, a exemplo do *ende* e *hi*, anafóricos semelhantes a *en* e *y* do francês, mas que – nem por isso – não fizeram com que dessem “ende” conta seus mais eruditos falantes modernos, mesmo porque a língua providenciou outros recursos para sua substituição, tão próprios quanto os antigos meios disponíveis, que a história retirou da cena, mas que a cultura registrou na memória. Memória que, nas línguas de tradição escrita, perdura e cuja lição demora, contra todas as forças da novidade, de ser banida, sobretudo dos dicionários.

É capaz de causar uma certa melancolia para alguns saber que “o novo sempre vem” – para se utilizar da poesia de Belchior. Vem pela capacidade de criação do indivíduo. Vem depois – quando consegue vingar para além desse indivíduo – pela aceitação, conquanto refratária, da norma, que tem por base os hábitos da sociedade. Vem porque algumas comunidades preferem “falo” a “falado”, como partícipio, já que o substantivo desconhecem, mesmo que outros estratos sociais resistam, enquanto possam, à inovação “em pedra dura”.

Por fim, para não tocar em todos os pontos, considerando o alegado “adeus” ao “haver”, de que fala João Ubaldo em seu artigo, só a Deus seu futuro caberá (para aqueles que, obviamente, acreditam no milagre da divindade), embora sua trajetória histórica esteja fartamente documentada na linguística portuguesa.

A conhecida linguista Rosa Virgínia Mattos e Silva, em trabalho publicado em 2002, pela Edufba, na coletânea intitulada *O Português Quinhentista*, demonstra que nos meados século XVI, isto é, no período em que se inicia a colonização do Brasil, com Dom João III, o verbo “ter” já se proclamava vitorioso em diversas estruturas face ao “haver”, de que assumia várias funções, avançando, inclusive, nessa mesma época, em direção ao último

Originalmente publicado no Suplemento Cultural do Jornal A Tarde, de 16/06/2007, pp. 7 e 8, sob o título Sob(re) a alegada “decadentização”.

reduzido deste, como verbo existencial. Ou seja, nosso “ter” já vem devidamente formatado para o território brasileiro e tem cumprido até então o seu desígnio.

A idéia da existência de “uma língua própria [apenas] antigamente”, como quer saudosamente João Ubaldo Ribeiro postular, é um equívoco. A língua é, sempre, própria em todos os tempos, é suficientemente própria, não somente no passado, mas no presente. A decadência não é característica linguística, aliás a linguagem não é um “ser vivo”, como afirma o autor, não está sujeita à evolução natural das espécies como chegaram a pensar alguns estudiosos do passado, inspirados nas idéias de Darwin, expressas em seu *The origin of species*. A língua é produto cultural e em função de sua natureza diassistêmica simplesmente muda e muda porque varia.

Não à noção de decadência da língua!